

**Agremiação minoritária, líderes operários e desacordos internos:
origem e extinção do Partido Reivindicador Proletário do Paraná (1933-
1934)**

**Minority party, workers' leaders and internal divergences: origin and
extinction of the Proletarian Claimant Party of Paraná (1933-1934)**

**Partido Minoritario, líderes obreros y diferencias internas: origen y
extinción del Partido Demandante Proletario de Paraná (1933-1934)**

Sandro Aramis Richter Gomes*

Resumo: Neste artigo é desenvolvida uma investigação sobre os processos de formação e dissolução do Partido Reivindicador Proletário do Paraná (1933-1934). Por meio de um estudo de caso, o objetivo desta análise é produzir um conhecimento acerca da organização interna e da ação eleitoral dos partidos minoritários que surgiram nos estados brasileiros ao tempo do Governo Provisório (1930-1934). Primeiro, é evidenciado que a criação da citada agremiação decorreu da aliança entre líderes veteranos e novatos do movimento operário do Paraná. Segundo, cumpre destacar que essa grei teve êxito em recrutar correligionários em municípios do interior. Terceiro, demonstra-se que o fraco desempenho eleitoral e as celeumas entre dirigentes provocaram a extinção desse partido.

Palavras-chave: Eleições estaduais. Lideranças operárias. Partidos minoritários.

Abstract: This article analyzes the process of the formation and extinction of the Proletarian Claimant Party of Paraná (1933-1934). Through a case study, the objective of this analysis is produce knowledge about the internal organization and the electoral action of the minority political parties that arose in the Brazilian states at the time of the Provisional Government (1930-1934). First, evidenced is given that the creation of the aforementioned party resulted from the alliance between veteran leaders and newcomers to the Paraná labor movement. Second, it should be noted that this party was successful in recruiting allies in municipalities in the interior. Third, evidenced is shown that low electoral performance and disagreements between leaders led to the extinction of such a party.

Keywords: State elections. Workers' leaders. Minority political parties.

Resumen: Este artículo desarrolla una investigación sobre los procesos de formación y decadencia del Partido Demandante Proletario de Paraná (1933-1934). A partir de un estudio de caso, el propósito de este análisis es producir conocimiento sobre la organización interna y la acción electoral de los partidos minoritarios que surgieron en los estados brasileños durante la época del Gobierno Provisional (1930-1934). Primero, es demostrado que la creación de este partido resultó de la alianza entre líderes veteranos y novicios del movimiento obrero de Paraná. En segundo lugar, cabe señalar que este partido logró atraer simpatizantes en los municipios

del interior. En tercer lugar, se muestra que el flaco desempeño electoral y las divergencias entre sus líderes promovieron la extinción del partido.

Palabras clave: Elecciones estatales. Líderes obreros. Partidos minoritarios.

Introdução

Neste artigo é empreendida uma investigação acerca dos processos de fundação e extinção do Partido Reivindicador Proletário do Paraná (PRPP). Criada em 1933, essa agremiação foi dissolvida em 1934. Por meio de um estudo de caso, o propósito deste estudo é avançar na compreensão das formas de organização interna e de ação eleitoral dos partidos minoritários que existiram nos estados brasileiros ao tempo do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934).

Há três argumentos fundamentados neste artigo. Primeiro, é evidenciado que o PRPP era liderado por veteranos e novatos do movimento operário do Paraná. Segundo, cumpre salientar que essa grei recrutou correligionários em áreas distantes da capital paranaense. Esse recrutamento propiciou a implantação de diretórios municipais. Portanto, o partido conseguiu angariar correligionários em pequenas cidades. Terceiro, é destacado que a extinção desse partido decorreu de rivalidades entre os seus principais dirigentes. Ela também foi motivada pelo fraco desempenho nas eleições parlamentares de 1934.

Trata-se de evidenciar que, no contexto do Governo Provisório, notou-se a reiteração de dificuldades para o crescimento da força política do movimento operário paranaense. Um dos fatores dessas dificuldades eram as querelas entre as lideranças de tal movimento. Essas querelas ocasionaram a rápida dissolução dos partidos que ambicionavam o apoio eleitoral dos trabalhadores.

Os estudos acerca da vida partidária do Brasil no contexto dos anos 1930 têm experimentado avanços. Um avanço consiste no estudo das mudanças que ocorreram, entre o fim da Primeira República e o advento do Governo Provisório, nas formas de competição partidária (SILVA e SILVA, 2015). Outro avanço reside na análise da formação de agremiações majoritárias e das características da atividade parlamentar de seus membros (LAPUENTE, 2016). Em síntese, a historiografia tem evidenciado que, a partir da Revolução de 1930, houve mudanças nas formas de competição eleitoral. Ao mesmo tempo, ocorreu uma renovação no rol de lideranças políticas regionais.

Todavia, cumpre destacar três limitações intrínsecas às análises acerca da reorganização que ocorreu no quadro partidário do Brasil, no início da mencionada década.

Uma limitação consiste no parco conhecimento sobre os partidos minoritários, os quais atuaram no campo da oposição de seus estados de origem. Mantém-se pouco avançado o entendimento a respeito da composição social, do desempenho eleitoral e dos fatores da desorganização das agremiações eleitoralmente pouco competitivas.

O estudo de tais elementos permite reconhecer distinções entre os estados no tocante à maior ou menor inclinação de governistas dissidentes de se manterem politicamente ativos por meio da criação de partidos de oposição. De outra parte, essa corrente de abordagem favorece a identificação de diferenças regionais entre situacionistas dissidentes no que concerne à capacidade de conservarem uma base eleitoral. Essa perspectiva de análise também propicia uma compreensão sobre a maior ou menor capacidade de os representantes locais de grupos profissionais, a exemplo dos operários, constituírem um partido e elegerem seus candidatos.

A segunda limitação diz respeito ao estudo de resultados eleitorais. É pouco frequente o aparecimento de análises que abordem o desempenho dos partidos em disputas estaduais e nacionais (NOLL e TRINDADE, 2004; RICCI, 2019). A atenção a esse desempenho permite identificar as flutuações da força eleitoral de uma agremiação em um contexto regional. Tal análise é operacional para salientar as distâncias entre as forças da situação e da oposição no que concerne à sua capacidade de constituir uma sólida base eleitoral. No presente artigo, a atenção ao resultado da eleição estadual de 1934 propicia o reconhecimento de desníveis entre os integrantes do movimento operário paranaense quanto à extensão de seus apoios políticos.

Por fim, a terceira limitação é concernente à análise da ação política de entidades de classe. De fato, a historiografia tem avançado na investigação da atividade eleitoral de operários no contexto que abrange os anos finais da Primeira República e a época do Governo Provisório (KAREPOVS, 2010; PRADO, 2019). Entretanto, mantém-se em estágio incipiente o estudo da organização interna e do grau de competitividade eleitoral das agremiações regionais que absorveram operários aos seus quadros. Assim, remanescem pouco estudadas as estratégias eleitorais de partidos operários, os fatores de seus dissídios e os destinos dos seus líderes após o malogro do projeto de manter uma agremiação em funcionamento.

Nesse âmbito, o presente trabalho evidencia que, no Paraná, foram pouco consistentes as alianças políticas estabelecidas entre dirigentes operários no decorrer dos anos 1930. A coexistência de agremiações operárias em tal estado evidenciou a relação volúvel entre esses dirigentes.ⁱ

A reorganização do quadro partidário paranaense no limiar dos anos 1930

O estudo dos processos de formação e desorganização do PRPP requer uma análise panorâmica sobre a cena partidária constituída no Paraná nos anos seguintes à Revolução de 1930. A esse respeito, cumpre fundamentar quatro constatações. Primeiro, trata-se de evidenciar que no ano de 1933 já estavam organizados os grupos partidários que dominaram a cena política regional até a época do advento do Estado Novo, em 1937. Tais grupos eram os únicos a conseguir eleger seus correligionários para cargos como os de deputado estadual e deputado federal. No período em tela, o campo situacionista era composto pelo Partido Social Democrático (PSD-PR). Essa agremiação foi fundada em janeiro de 1933 (O DIA, 07 jan. 1933, p. 1). Em boa medida, ela era comandada por indivíduos que principiaram a atuar na vida partidária nos primeiros anos do Governo Provisório. No conjunto dos fundadores dessa grei, havia uma pequena parcela de veteranos. Portanto, a formação do PSD-PR favoreceu a retomada da atividade política de egressos das agremiações governistas e opositoristas que existiram no Paraná à época da Primeira República (GRANATO, 2019).

Em 1933, a oposição paranaense era constituída por apenas duas agremiações. Uma das agremiações era o Partido Republicano Paranaense (PRP). Ele era liderado por egressos do grupo situacionista que controlou o Governo do Estado durante as primeiras quatro décadas republicanas. A reorganização do PRP ocorreu em fins de 1932 (GAZETA DO POVO, 24 nov. 1932, p. 1). No Paraná, portanto, os chefes partidários destituídos de seus cargos públicos por ocasião da Revolução de 1930 se mantiveram politicamente próximos. Eles se articularam com a finalidade de combater o grupo situacionista constituído nesse estado no início do Governo Provisório.

Nessa época, não era incomum a disposição de políticos veteranos para reativarem partidos fundados ao tempo da Primeira República. Em São Paulo, por exemplo, os próceres do Partido Republicano Paulista conquistaram um espaço no jogo político regional no contexto dos anos 1930. Eles tiveram êxito na tarefa de se coligar com outros grupos de oposição ao Governo de Getúlio Vargas. Por consequência, os remanescentes dessa agremiação se consolidaram como os principais líderes opositoristas naquele estado (PRADO, 1986).

Em Minas Gerais, antigas lideranças do Partido Republicano Mineiro também retomaram suas atividades políticas ao tempo do Governo Provisório. No período em tela, tal agremiação se tornou o partido de oposição mais competitivo desse estado. Analogamente ao caso do Paraná, no início dos anos 1930 houve veteranos da política mineira que conservaram uma base eleitoral. Desse modo, eles conseguiram assegurar uma representação mínima em esferas locais e nacionais do Poder Legislativo (ABREU, 2015).

Por fim, cumpre salientar que outro partido de oposição existente no Paraná, à época do Governo Provisório, era o Partido Social Nacionalista (PSN), que originalmente era denominado Partido Liberal Paranaense. Em grande medida, ele era formado por apoiadores da candidatura presidencial de Getúlio Vargas, em 1930. Fundado em 1931, o PSN migrou para o campo oposicionista em 1932. Os líderes maiores dessa grei se indispuseram com o interventor federal, Manuel Ribas. O principal motivo desse antagonismo residia no fato de que antigos adversários da candidatura de Vargas estavam a conquistar posições decisivas no Governo do Paraná (CORREIO DO PARANÁ, 09 abr. 1932, p. 1).

Nesse contexto, os chefes do PSN não possuíam o controle sobre o funcionamento dos esquemas de nomeações para cargos comissionados. Eles não conseguiram evitar que os seus adversários assumissem funções na administração estadual. Desse modo, no início dos anos 1930 a vida política paranaense era caracterizada pela contenda entre aliados e dissidentes do grupo político do interventor. Ela também era marcada pela tentativa de antigos chefes partidários conservarem, em alguma medida, uma participação nas instituições políticas.

Trata-se, pois, de fundamentar a segunda constatação desta seção. Em maio de 1933, no contexto da eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, não havia um partido operário em atividade no Paraná. Havia, pois, uma diferença entre a dinâmica política paranaense e a dinâmica de estados como Amazonas, Pernambuco e Rio de Janeiro. Nesses estados, os operários não demoraram a atingir um grau de coesão necessário para criar agremiações. Todavia, os partidos operários que surgiram nessas unidades da federação não eram eleitoralmente competitivos. Eles não conseguiram eleger seus candidatos a deputado constituinte no pleito ocorrido em maio de 1933 (RICCI, 2019).

De outra parte, cumpre reconhecer uma semelhança entre a vida política paranaense e a cena partidária de estados nos quais houve o surgimento dos primeiros partidos operários dos anos 1930. A semelhança entre esses estados reside no fato de que neles não havia sólida aliança entre os expoentes locais do movimento operário. Uma implicação dessa falta de unidade era a existência de agremiações adversárias que se dedicavam a sustentar projetos de interesse de trabalhadores. Outra consequência era a curta duração dos partidos operários.

A esse respeito, atente-se ao caso da União Sindical do Brasil (USB). Fundada no Distrito Federal em 1933, essa agremiação disputou em tal ano eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Dentre os seis partidos operários que também apresentaram candidatos no Distrito Federal nessa ocasião, a USB foi o único que permaneceu em atividade no contexto das eleições parlamentares ocorridas em outubro 1934. O desaparecimento de agremiações operárias não gerou o fortalecimento da USB. Ao contrário, em seu último pleito ela disputou

vagas de deputado federal e de vereador com outros dois partidos que também reivindicavam a condição de representantes dos trabalhadores. Porém, essas agremiações rivais não elegeram seus candidatos (BOLETIM DO SUPERIOR TRIBUNAL ELEITORAL, janeiro de 1935, p. 198).

Conforme evidenciado ao longo deste artigo, as divergências entre lideranças do movimento operário do Paraná também promoveram a redução das chances de êxito eleitoral de partidos ligados a associações de trabalhadores. Ao mesmo tempo, cumpre mencionar que, no princípio do Governo Provisório, houve lideranças operárias desse estado que sustentaram análogas posições políticas. Convém, pois, fundamentar a terceira constatação desta seção.

Essa constatação reconhece que uma parte das lideranças operárias do estado apoiou o movimento político que investiu Getúlio Vargas no comando do Governo Federal, em 1930. Esse rol de lideranças contava com a presença do tipógrafo Elbe Lauro Pospissil (1893-1943) (DIÁRIO DA TARDE, 07 out. 1930, p. 6). Ele também era composto por Valfrido Piloto (1903-2006), então acadêmico do curso de Direito da Universidade do Paraná (DIÁRIO DA TARDE, 25 out. 1930, p. 3). Nessa época, ambos pertenciam à Federação Operária do Paraná, entidade criada em 1906 (ARAÚJO e CARDOSO, 1992).

As diferenças políticas entre as citadas lideranças não tardaram a surgir. Nos meses seguintes à ascensão de Vargas à Presidência da República, Piloto foi integrado aos esquemas de preenchimento de cargos públicos. Em 1931, ele já se encontrava no exercício de uma função comissionada do Governo Federal. No período em tela, Piloto desempenhou, na cidade de Curitiba, a capital paranaense, o posto de fiscal da Superintendência do Ensino Comercial (DIÁRIO DA TARDE, 01 dez. 1931, p. 5). Tal nomeação ocasionou o seu afastamento em relação às iniciativas direcionadas a instituir um partido operário no Paraná.ⁱⁱ

Em um sentido amplo, essas informações consistem em evidências de que houve componentes do movimento operário paranaense que foram cooptados pelo grupo governista implantado no Paraná após a Revolução de 1930. Um dos principais efeitos de tal cooptação era o desenvolvimento de uma estável carreira nas esferas administrativas do estado.ⁱⁱⁱ

De sua parte, Elbe Pospissil não permaneceu por longo tempo envolvido com os membros do grupo político que passou a controlar o Governo do Paraná em outubro de 1930. Na semana anterior à deposição do presidente Washington Luís, Pospissil participara da fundação de uma agremiação nacional – o Partido Trabalhista do Brasil (DIÁRIO DA TARDE, 23 set. 1930, p. 3). Na época da Revolução de 1930, Pospissil tentou reunir correligionários para criar um diretório estadual dessa agremiação. Tal projeto não se concretizou (DIÁRIO DA TARDE, 22 out. 1930, p. 2).

Cumpra, por conseguinte, sustentar a quarta afirmação desta seção. Tal afirmação salienta que os anos anteriores à criação do PRPP foram marcados por tentativas malogradas de manter um partido operário em atividade no Paraná. Nos anos finais da Primeira República, essas dificuldades já se verificavam na cena política paranaense. Em tal época, Elbe Pospissil consolidou-se como um personagem central das articulações destinadas à fundação de partidos que encampavam demandas do operariado.

Em 1925, ele participou da constituição do Partido Socialista do Paraná (PSP). Essa agremiação era uma seção regional do Partido Socialista que estava sediado na cidade do Rio de Janeiro (O DIA, 01 mai. 1925, p. 8). Desde o início da Primeira República, em distintos estados brasileiros, houve iniciativas destinadas à implantação de agremiações socialistas (CARONE, 1979; SCHMIDT, 2007). Todavia, o PSP não auferiu os apoios necessários para lançar candidaturas e implantar diretórios municipais. Em 1929, quando Pospissil se elegeu deputado ao Congresso Legislativo do Paraná, o PSP já se encontrava desativado. Diante das dificuldades para manter um partido minoritário em permanente atividade, restou a Pospissil a alternativa da candidatura avulsa.^{iv}

Ao tempo do Governo Provisório, ele retomou o projeto de fundar um Partido Socialista. Em 1932, Pospissil defendeu o argumento segundo o qual o ideário programático e o modelo de organização interna do extinto Partido Socialista do Paraná poderiam embasar o surgimento de uma nova agremiação politicamente articulada com os trabalhadores. Nessa época, contudo, tal indivíduo não obteve adesões para implantar uma agremiação socialista (DIÁRIO DA TARDE, 27 abr. 1932, p. 3).

Em suma, o período que se estende do fim dos anos 1920 e ao princípio dos anos 1930 foi marcado por contendas internas às entidades operárias existentes no Paraná. Em boa medida, essas contendas eram motivadas por divergências quanto ao modo de envolvimento dos líderes operários na vida eleitoral do estado.^v As disputas pela prerrogativa de indicação de candidaturas eram um fator capital para fomentar cisões no movimento operário local. A competição pelo comando de entidades recreativas e beneficentes também ocasionou querelas entre as lideranças regionais do operariado.^{vi}

Quando o PRPP foi fundado, tal movimento possuía um longo histórico de dissídios internos. Cumpra demonstrar que o aparecimento desse partido não pôs fim às dissensões inerentes ao convívio entre os expoentes do movimento operário paranaense. Essas dissensões não demoraram a surgir. Assim, trata-se de salientar a permanência dos fatores que impediam a construção de uma perene aliança entre esses expoentes.

A fundação do PRPP: divisão de tarefas e expansão de diretórios municipais

O PRPP surgiu em meados de 1933. Desde a sua criação, contou com a presença de dirigentes da FOP. No entanto, esse partido começou a desenvolver efetiva ação política a partir dos primeiros meses de 1934. A fundação do jornal *A Barricada*, em fevereiro desse ano, representou o marco inicial das atividades de propaganda do PRPP. Ela significou o princípio dos esforços para a atração de novos filiados ao partido. A dissolução dessa grei ocorreu em outubro de tal ano, após a derrota de seus candidatos no pleito para as vagas de deputado estadual e deputado federal (O DIA, 21 out. 1934, p. 7).

Para o conhecimento do processo de estruturação desse partido, é necessário sustentar quatro afirmações. Primeiro, trata-se de reconhecer que o modelo administrativo do PRPP não era análogo àquele adotado pelos partidos predominantes do Paraná. Nesse contexto, a forma de gestão partidária mais convencional era marcada pela coexistência de um diretório central e de diretórios municipais. Este era, pois, o modelo adotado pelo PSD, PSN e URP. Por outro lado, o PRPP optou por aplicar um modelo caracterizado pelo funcionamento simultâneo de núcleos profissionais e núcleos locais.

Os núcleos profissionais eram constituídos por correligionários que exerciam um mesmo ofício. Esses correligionários elegiam um núcleo local, isto é, uma Comissão Executiva que possuía apenas quatro cargos: 1º e 2º secretários, 1º e 2º procuradores. Portanto, nas cidades do interior não existia apenas um diretório incumbido de gerir localmente o partido. O governo do partido era exercido pelos representantes dos grupos profissionais que residiam em uma mesma localidade. Nas cidades em que era pouco diversificado o rol de profissões, os operários eram reunidos em apenas uma comissão.

O modelo de administração do PRPP não favorecia o surgimento de dirigentes dotados de amplo controle sobre o comando local da agremiação. No interior do estado, a gestão do partido era efetuada conjuntamente por representantes classistas. Ao mesmo tempo, cumpre destacar que na cidade de Curitiba estava instalada a Comissão Central da agremiação. Analogamente ao caso das comissões municipais, ela possuía uma organização interna pouco complexa. O órgão superior do PRPP era constituído por apenas cinco cargos: 1º e 2º secretários, 1º e 2º procuradores, e um tesoureiro. Uma das tarefas da Comissão Central era deliberar a respeito de demandas enviadas pelas comissões municipais. Essas deliberações não eram realizadas apenas pelos ocupantes das mencionadas funções. Elas também contavam com a participação de integrantes dos núcleos profissionais que funcionavam na capital do estado (O DIA, 12 jun. 1934, p. 1).

Ao mesmo tempo, trata-se de salientar que o *Estatuto* do partido previa regras para a deliberação conjunta entre os representantes das comissões municipais. Uma deliberação crucial era atinente à escolha dos candidatos a deputado estadual e deputado federal. Tal *Estatuto* determinava a realização de uma assembleia geral destinada a efetuar o preenchimento das chapas da agremiação.

Em última análise, verifica-se que tal modelo de gestão conferia aos líderes locais de determinados grupos profissionais a prerrogativa de desenvolverem a ação eleitoral do partido. No entanto, as iniciativas desses líderes eram submetidas à avaliação dos membros da instância superior da agremiação.

Compete, pois, sustentar a segunda constatação desta seção. Convém ressaltar que a fundação do PRPP evidenciou a renovação dos líderes no movimento operário do Paraná. Nesse estado, nos anos seguintes à Revolução de 1930, houve indivíduos que conquistaram de forma célere posições relevantes na condução de tal movimento. Para corroborar tal afirmação, cabe dedicar atenção aos casos de Waldemar Reikdal, Alberto Cruz e Rubens de Mello Braga.

Reikdal era um metalúrgico que despontou como liderança operária em 1931. Nessa ocasião, a FOP designou-o para promover a sindicalização de trabalhadores de áreas distantes da capital do estado. No mencionado ano, na cidade litorânea de Antonina, foi criada uma seção do Sindicato dos Operários e Empregados das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo. Reikdal pertenceu ao grupo que criou tal seção (DIÁRIO DA TARDE, 09 nov. 1931, p. 2).

Nesse contexto, ele também conquistou a legitimidade de organizar reuniões de operários sindicalizados em Curitiba (DIÁRIO DA TARDE, 10 dez. 1932, p. 2). A solidez de suas relações com entidades de trabalhadores é evidenciada no fato de que, em 1933, conseguiu ser eleito deputado classista à Assembleia Nacional Constituinte. Mais precisamente, ele obteve uma vaga de representante dos empregados paranaenses nessa Assembleia (CORREIO DO PARANÁ, 22 jul. 1933, p. 1).

O exercício desse mandato não impediu que Reikdal executasse tarefas de interesse da FOP. Em agosto de 1933, por exemplo, ele fez uma inspeção em sindicatos existentes na cidade de Paranaguá. Tal inspeção tinha por objetivo auxiliar na reestruturação dessas entidades e recolher as demandas de trabalhadores, notadamente os portuários (DIÁRIO DA TARDE, 25 ago. 1933, p. 3). Por fim, compete salientar que a projeção de Reikdal no movimento operário regional se tornou mais acentuada no início de 1934. Nessa época, ele assumiu o posto de diretor de *A Barricada*, uma publicação mensal (A BARRICADA, 26 fev. 1934, p. 1). Desse modo, Reikdal controlou o órgão de propaganda do PRPP.

Em resumo, constata-se que esse líder operário não possuía longa experiência política ao tempo de sua eleição como deputado constituinte. Nessa época, a FOP mantinha uma influência sobre o comportamento eleitoral da classe dos empregados. Orientados por essa entidade, os operários possibilitaram a Reikdal obter um mandato e se consolidar como integrante do novo rol de lideranças sindicais do estado.

Trata-se, por consequência, de dedicar atenção ao caso de Alberto Cruz. No decorrer do ano de 1934, ele exerceu os cargos de presidente da FOP e de 1º secretário da Comissão Central do PRPP (DIÁRIO DA TARDE, 21 out. 1934, p. 7). Tal época, portanto, foi o momento em que Cruz teve maior projeção na cena política do estado. No período referente aos primeiros anos do Governo Provisório, não há registros de sua participação no núcleo dirigente de entidades de classe e no quadro de filiados dos partidos estaduais.

Um fator do crescimento de sua projeção política consistiu no envolvimento na campanha pela proibição da entrada de imigrantes assírios no Brasil. No Paraná, essa campanha promoveu a circunstancial aproximação entre lideranças operárias e membros de entidades de classe que reuniam integrantes da elite social. O Instituto dos Advogados do Paraná foi uma associação que se coligou com a FOP para combater a vinda de assírios (O DIA, 24 fev. 1934, p. 3). Em síntese, Cruz fez parte do conjunto de lideranças políticas regionais que, no contexto da Era Vargas, manifestaram preocupação quanto à possibilidade da entrada de estrangeiros no país. Tais lideranças recomendaram ao Governo Federal maior cautela na seleção dos grupos étnicos que deveriam ser estimulados a ingressar no Brasil (LESSER, 1999).

Outro fator da projeção de Alberto Cruz na vida política regional residiu em seu envolvimento na campanha em favor do fechamento das casas de jogo. Desse modo, ele se tornou propagandista de um repertório de propostas direcionadas à moralização dos costumes do operariado. A campanha pela extinção daqueles estabelecimentos conferiu a Cruz a prerrogativa de encaminhar demandas a autoridades da administração estadual (DIÁRIO DA TARDE, 02 mar. 1934, p. 1). Dessa forma, o desenvolvimento das atividades do PRPP foi realizado na época em que os seus principais dirigentes estavam a conquistar posições relevantes na cena política paranaense.

Cumprido, pois, analisar o princípio da atividade política de Rubens de Mello Braga (1910-1979). Ao tempo da fundação do PRPP, ele cursava Direito da Universidade do Paraná e já possuía experiência na organização de sindicatos. Em síntese, foi no contexto do Governo Provisório que Braga iniciou uma aproximação com dirigentes sindicais do interior do estado. Tal aproximação lhe permitiu exercer concreta interferência na vida interna de entidades como o Sindicato dos Empregados Ferroviários da Linha Itararé-Uruguaí. Em 1933, ele foi um dos

mentores da destituição dos gestores dessa associação. Nessa época, Braga também circulou por municípios do interior do Paraná com a finalidade de angariar adesões para o Partido Nacional do Trabalho (DIÁRIO DA TARDE, 21 mar. 1933, p. 2). Porém, tal agremiação não se consolidou na cena política regional e logo se dissolveu (ABREU, 2015).

Trata-se de salientar uma aproximação quanto às experiências políticas de membros de diferentes gerações de lideranças operárias do Paraná. Similarmente ao caso do citado Elbe Pospissil, Rubens Braga malogrou na tarefa de estruturar um partido político. Quando ocorreu a criação do PRPP, tais indivíduos já haviam experimentado insucessos em suas tentativas de arrematar trabalhadores para estruturar uma agremiação partidária. Conforme evidenciado na última seção deste artigo, a fundação do PRPP não consistiu na última iniciativa de Braga voltada à criação de um partido operário. Em meados dos anos 1930, ele reuniu seus correligionários para criar uma agremiação destinada a rivalizar com o PRPP na busca pelos votos do operariado. Em síntese, a experiência de fundar partidos permitiu que algumas lideranças sindicais do Paraná formassem um grupo cativo de apoiadores.

Por fim, compete sustentar a terceira afirmação desta seção. Tal afirmação reconhece que o PRPP conseguiu implantar unidades administrativas em pequenos municípios. Em verdade, tal implantação não ocorreu no ano de fundação do PRPP. Ela foi circunscrita aos meados do ano de 1934. Os dirigentes dessa agremiação encontraram dois obstáculos para promover o aumento do número de comissões locais.

Um obstáculo era a competição com os partidos predominantes pela conquista do apoio de lideranças locais do operariado. Nos municípios do interior, houve operários que aderiram a agremiações comandadas por veteranos do quadro partidário paranaense. A esse respeito, cumpre mencionar que os políticos destituídos de seus cargos pela Revolução de 1930 almejaram o apoio de trabalhadores. Reunidos na União Republicana Paranaense (URP), a qual congregava membros do extinto PRP, tais políticos inseriram em seu *Manifesto* a defesa de medidas em benefício do operariado (DIÁRIO DA TARDE, 04 ago. 1934, p. 4).

Às vésperas do mencionado pleito, a URP permanecia dedicada a atrair operários para o seu rol de filiados. Em setembro de 1934, uma liderança operária da cidade de Morretes ingressou nesse partido (DIÁRIO DA TARDE, 19 set. 1934, p. 7). A URP também lançou, sem êxito, um ferroviário residente em Ponta Grossa ao cargo de deputado estadual (DIÁRIO DA TARDE, 26 set. 1934, p. 2). Em suma, o projeto de expansão do PRPP não obteve unânime respaldo de trabalhadores do interior do estado.

Outro obstáculo à criação de unidades municipais desse partido consistiu na existência de associações de trabalhadores que desenvolviam uma atividade política sem atender às

orientações da FOP. A estratégia que os dirigentes do PRPP adotaram para contornar esse problema consistiu em efetuar uma aliança com as lideranças operárias independentes. Há evidências de que tal estratégia teve resultado positivo na cidade de Antonina. Nessa localidade, em maio de 1934, existia uma agremiação denominada Partido Operário Antoninense. Em tal época, os dirigentes da grei aprovaram a proposta de fundi-la com o PRPP (A BARRICADA, 31 mai. 1934, p. 1).

A existência de um partido municipal em Antonina evidencia que, no princípio dos anos 1930, os líderes maiores do movimento operário do Paraná não exerceram irrestrito controle sobre a ação política de trabalhadores residentes em pequenos municípios. Por consequência, não era incomum que os operários criassem uma agremiação local para atuar na vida política sem vínculos com entidades congêneres.

De outra parte, convém salientar que um dos critérios para a implantação de comissões locais do PRPP era presença de relevante contingente de ferroviários em um município. Nesse contexto, tal partido instalou unidades administrativas em três regiões do Paraná. No primeiro planalto estava localizada a Comissão Central. No segundo planalto, o PRPP recrutou correligionários nas cidades de Palmeira, Ponta Grossa e Rio Negro (A BARRICADA, 31 mai. 1934, p. 3). No litoral, foram criadas comissões desse partido nos municípios de Antonina e Paranaguá (A BARRICADA, 31 jul. 1934, p. 4). Na seção seguinte desse artigo, cabe destacar que o processo de interiorização do PRPP foi interrompido após a cisão ocorrida na cúpula da agremiação.

Cisão interna, derrota eleitoral e extinção do PRPP

Na presente seção, cumpre evidenciar que o PRPP vivenciou um rápido processo de desagregação. A competição com outra agremiação operária levou tal partido a obter uma votação pouco expressiva nas eleições parlamentares de 1934. Ao mesmo tempo, trata-se de evidenciar que nos anos seguintes ao fim do PRPP os seus antigos dirigentes se diferenciavam em virtude da força eleitoral e da posição que ocuparam no campo político estadual. Para a execução de tal abordagem, cumpre sustentar três afirmações.

Primeiro, convém ressaltar que a desestruturação do PRPP principiou pelo desligamento voluntário de Elbe Pospissil. Tal desligamento ocorreu na primeira semana de setembro de 1934. O PRPP perdeu, assim, um dos coordenadores do seu projeto de interiorização (CORREIO DO PARANÁ, 09 set. 1934, p. 5). Cumpre também destacar que a saída de Pospissil ocorreu antes do lançamento das chapas de postulantes à Assembleia do

Paraná e à Câmara dos Deputados. Dessa forma, o 1º secretário da Comissão Central partido, o citado Alberto Cruz, pôde exercer maior controle sobre a escolha dos candidatos do PRPP. A interferência de Cruz nessa escolha se tornou mais acentuada quando outra liderança operária saiu do partido. Tal liderança era Rubens de Mello Braga.

A diferença entre Braga e Pospissil reside no fato de que o primeiro se afastou do PRPP com o intuito de constituir outra agremiação. Ou seja, os dissidentes do partido não desenvolveram uma ação política conjunta após deixarem a grei. Em setembro de 1934, Braga abriu uma dissidência nesse partido e, em seguida, fundou a Concentração Trabalhista (CT) (O DIA, 12 set. 1934, p. 1). Contudo, ele permaneceu vinculado à nova agremiação por apenas duas semanas. No fim do citado mês, ocorreu uma cisão na CT. Nessa oportunidade, Braga se desligou da grei e renunciou à candidatura de deputado federal. Ele não aceitou a presença de simpatizantes do integralismo nesse partido (DIÁRIO DA TARDE, 28 set. 1934, p. 5).

Cumpre, pois, sustentar a segunda afirmação desta seção. No referido pleito, o PRPP revelou-se um partido eleitoralmente pouco competitivo. Em tal época, havia nove agremiações em atividade no Paraná. De 1933 a 1934, portanto, ocorreu um relevante crescimento no número de partidos que atuavam nesse estado. Tal crescimento foi inerente à história eleitoral dos demais estados brasileiros (SILVA e SILVA, 2015). No início dos anos 1930, não era incomum o embate eleitoral entre agremiações operárias. O resultado das eleições de 1934 evidenciou que os dissidentes do PRPP conseguiram suplantar os candidatos chancelados por esse partido. Nessa ocasião, as agremiações operárias do Paraná obtiveram as últimas posições no pleito.

Na disputa pelas seis vagas de deputado federal, a CT angariou 237 sufrágios. O PRPP, por sua vez, conseguiu 120 votos. No pleito para as trinta cadeiras de deputado estadual, a CT conquistou 216 votos, enquanto o PRPP amealhou 211 sufrágios. Tal votação conferiu à CT a sétima posição dentre os nove partidos que participaram da eleição no Paraná. O PRPP obteve oitava colocação. A última posição coube a uma agremiação denominada Universitário Independente (GAZETA DO POVO, 02 nov. 1934, p. 1). O curto período que separou a fundação da CT das eleições parlamentares não impediu que essa agremiação tivesse um desempenho ligeiramente superior ao do PRPP. Assim, a dissidência aberta nesse partido provocou efetiva divisão do eleitorado operário.

A pequena votação da CT e do PRPP motivou o seguinte comentário do redator de *O Dia*: “O operariado curitibano despojou de suas prerrogativas de chefes e líderes a quantos ostentavam por aí tais investiduras. A força desaparece onde reina a desunião” (O DIA, 19 out. 1934, p. 1). O redator destacou que, apenas na capital do estado, existiam cerca de oito mil

operários. Portanto, os duzentos sufrágios amealhados por aqueles partidos poderiam ser encarados como uma votação irrisória.

De sua parte, Alberto Cruz reconheceu que o PRPP não realizou uma consistente propaganda eleitoral. Segundo o principal dirigente da agremiação, uma das causas de tal situação era que o partido conseguiu tardiamente o seu registro junto à Justiça Eleitoral. Outro motivo era o envolvimento dos expoentes da grei em uma greve de ferroviários. Cruz afirmou que o PRPP preferiu não efetuar propaganda eleitoral durante a greve. Por fim, ele salientou que nesse pleito uma parte dos operários se absteve de votar (O DIA, 21 out. 1934, p. 7).

A despeito do aumento do número de partidos no Paraná, foram apenas os candidatos das agremiações majoritárias que conseguiram um mandato. Assim, o PSD amealhou quatro vagas da bancada paranaense na Câmara dos Deputados. De sua parte, PSN e URP conquistaram uma vaga, separadamente. Na Assembleia Legislativa, o PSD obteve vinte cadeiras. O PSN e a URP conseguiram, individualmente, dez vagas nessa instituição (O DIA, 26 out. 1934, p. 1). Esses três partidos dominaram a cena política estadual até a época do advento do Estado Novo (OLIVEIRA, 1997).

Após o pleito eleitoral de 1934, a CT e o PRPP foram dissolvidos. De fato, houve fundadores de ambas as agremiações que permaneceram politicamente ativos. Em 1935, Elbe Pospissil foi eleito deputado classista à Assembleia do Paraná. Ele obteve a vaga destinada ao representante dos empregados (O DIA, 15 out. 1935, p. 8). Contudo, Pospissil não se envolveu em novas iniciativas destinadas à criação de uma agremiação operária. No fim dos anos 1930, os gestores e dissidentes do extinto PRPP não se dedicaram a fundar partidos estaduais. No Paraná, ao tempo da implantação do Estado Novo, perdurava a desarticulação política entre os expoentes do movimento operário.

Em 1945, no contexto da reorganização dos partidos brasileiros, dois egressos do PRPP retornaram à cena política regional. Esses egressos eram Waldemar Reikdal e Rubens de Mello Braga. Nessa época, Reikdal se filiou ao Partido Comunista Brasileiro. Ele tentou, sem sucesso, eleger-se deputado estadual em 1947 (O DIA, 29 jan. 1947, p. 8). Dentre os líderes operários do Paraná envolvidos na campanha eleitoral de 1934, Rubens de Mello Braga foi o único que desenvolveu longa carreira política. Após o fim do Estado Novo, ele ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Braga pertenceu à Comissão Executiva do PTB paranaense. Ele também desempenhou os cargos de deputado constituinte (1946), deputado federal (1951-1955) e senador (1963-1971) (BATISTELLA, 2016).

Em resumo, foram poucos os membros do PRPP que permaneceram ativos na vida partidária. A limitada base eleitoral e o surgimento de dissidências intrapartidárias impediram

que os expoentes locais do movimento operário alcançassem posições de destaque no jogo político paranaense.

Considerações finais

A análise desenvolvida neste artigo permite ressaltar três informações. Primeiro, demonstrou-se que o contexto do Governo Provisório foi marcado pelo crescimento da competição partidária no Paraná. Tal situação não era incomum. A maior parte dos estados brasileiros experimentou o aumento do número de partidos políticos. O Paraná pertenceu ao rol de estados nos quais as lideranças operárias se mobilizaram com a finalidade de assegurar uma presença nas disputas eleitorais. A criação do PRPP, em 1933, foi uma evidência dessa mobilização.

Segundo, convém asseverar que foi pouco duradoura a ação eleitoral desenvolvida pelos expoentes do movimento operário do Paraná. O principal momento dessa ação foi o primeiro semestre de 1934, época da formação das comissões municipais do PRPP. O surgimento dessas comissões consiste em um indício de que, em áreas do interior do estado, existiam operários dispostos a desenvolver uma ação política organizada e permanente. Contudo, essa disposição arrefeceu em virtude da cisão na cúpula do partido.

Terceiro, convém salientar que a limitada base eleitoral e as dissidências internas culminaram na extinção do PRPP. O resultado das eleições parlamentares de 1934 evidenciou que os líderes operários não tiveram sucesso em construir um numeroso grupo de apoiadores. O fim desse partido foi marcado pela restauração de um cenário que vigorou no Paraná nos últimos anos da Primeira República. Tal cenário era caracterizado pela desarticulação política entre aqueles líderes.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015.

ARAÚJO, Sílvia; CARDOSO, Alcina. *Jornalismo e militância operária*. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

BASTISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

CARONE, Edgard. *O movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: Difel, 1979.

GRANATO, Natália Cristina. O Poder Legislativo paranaense no contexto da Revolução de 1930: um estudo sobre os capitais familiares e políticos dos deputados estaduais e federais (1930 a 1937). *Revista do Núcleo de Estudos Paranaenses*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 5, n. 1, p. 1-39, jun. 2019.

KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao Parlamento: o Bloco Operário Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. *A luta pelo poder: a política gaúcha em perspectiva (1934-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

LESSER, Jeffrey. *Negotiating national identity: immigrants, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil*, Durham: Duke University Press, 1999.

NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Héliogio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul (1823-2002)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Notas sobre a política paranaense no período de 1930 a 1945. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 2, n. 9, p. 47-56, dez. 1997.

PRADO, Carlos Batista. *Partidos e sindicatos: o PCB, a oposição de esquerda e o movimento operário no Brasil (1922-1936)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

PRADO, Maria Lígia Coelho. *A democracia ilustrada: o Partido Democrático de São Paulo (1926-1934)*. São Paulo: Ática, 1986.

RICCI, Paolo (Org.). *O Código Eleitoral de 1932 e o autoritarismo eleitoral dos anos 1930*. Curitiba: Appris, 2019.

SCHMIDT, Benito Bisso. Os partidos socialistas na nascente República. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 131-183.

SILVA, Estevão; SILVA, Thiago. Eleições no Brasil antes da democracia: o Código Eleitoral de 1932 e os pleitos de 1933 e 1934. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, v. 23, n. 53, p. 75-106, dez. 2015.

Recebido: 01/12/2020

Aceito: 18/07/2021

Publicado: 01/09/2021

* Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2071519123932874>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>.

ⁱ As informações analisadas no decorrer deste artigo são provenientes de jornais de circulação regional. A totalidade desses periódicos está disponível para consulta no sítio eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira: <memoria.bn.br>.

ⁱⁱ A adesão ao grupo governista não provocou o imediato afastamento de Valfrido Piloto em relação às entidades operárias que atuavam no município de Curitiba. Em 1932, por exemplo, ele permanecia incumbido de tarefas como a negociação de demandas do operariado junto ao Governo do Paraná (O DIA, 07 jun. 1932, p. 1). Por outro lado, a referida adesão determinou o fim do seu apoio ostensivo às pretensões eleitorais de agremiações de trabalhadores.

ⁱⁱⁱ Após desempenhar o cargo federal de fiscal do ensino comercial, Valfrido Piloto se tornou um servidor público estadual. Nos anos 1930, a função mais destacada que ele exerceu foi a de delegado de Costumes do Paraná (DIÁRIO DA TARDE, 27 jun. 1934, p. 1).

^{iv} Nessa ocasião, Elbe Pospissil obteve 8.140 sufrágios. Tal votação lhe conferiu a vigésima oitava posição no pleito. Havia trinta vagas em disputa. Em grande medida, esse êxito eleitoral foi decorrente do fato de que o partido governista apresentou uma chapa incompleta, a qual continha vinte e seis postulantes (A REPÚBLICA, 29 out. 1930, p. 3).

^v Em 1930, a FOP lançou a candidatura de Gastão Chaves a uma das quatro vagas de deputado federal pelo Paraná. Tal candidatura não teve unânime apoio dos membros daquela entidade. Uma parte dos integrantes da FOP entendia que, em virtude de sua condição de empresário, Chaves não possuía a legitimidade de representar o operariado em uma eleição (DIÁRIO DA TARDE, 25 jan. 1930, p. 1). Chaves teve um fraco desempenho nesse pleito. Ele obteve 3.490 sufrágios. Tal votação lhe conferiu a oitava posição. Havia doze candidatas (O DIA, 10 abr. 1930, p. 1).

^{vi} Em 1931, Elbe Pospissil esteve na iminência de se desligar da Comissão Executiva da União Operária do Paraná. Porém, tal desligamento não se concretizou (DIÁRIO DA TARDE, 07 ago. 1931, p. 2).